



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 58ª Reunião Ordinária

1 No dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte, às 16 horas, membros do Conselho Municipal dos
2 Direitos da Mulher reuniram-se na sede administrativa da Secretaria Municipal de Políticas para as
3 Mulheres, para a 58ª Reunião Ordinária deste Conselho, Gestão 2017/2021 com a pauta conforme ofício
4 circular nº 001/2020-CMDM: 1) Aprovação da ata da 57ª reunião ordinária do CMDM; 2) Entrega do
5 formulário de avaliação para as(os) conselheiras(os) em relação a representatividade de seu segmento no
6 conselho na gestão 2017-2021; 3) Apresentação das ações da SMPM na gestão do Prefeito Marcelo
7 Belinati; 4) Apresentação das ações do CMDM na gestão 2017-2021; 5) Apresentação da proposta
8 elaborada pela Comissão para discutir as Pré-Conferência Estadual e Eleição Complementar;
9 6) Informes. Estavam presentes as/os conselheiras/os: Tereza da Silva; Teresa Mendes de Souza;
10 Amanda Gaion Pedro; Meire Ellen Moreno; Angela Fidalma Gois; Divarci Rodrigues dos Santos;
11 Priscila Alexandra Colmiran; Luciana Mazzaroto Negrini; Tatiene Matoba de Avila; Rosangela Portella
12 Teruel; Lucimar Rodrigues da Silva Alves; Liange Hiroe Doy. Ausências justificadas: Marselle
13 Carvalho; Nayara André Damião; Luzimara Almudi Lobo dos Santos; Marcia Ferreira; Osvaldo de
14 Souza Campos Junior e Adriana Gomes Madalozzo. Participaram como convidados/as: Elisabete F. da
15 Paz Santos e Maria Helena da Paz do Coletivo EIG – Evangélicas pela Igualdade de Gênero; Nádia
16 Barcellos e Andréia Cruz da Frente Feminista de Londrina; Thaís Ribeiro, Paula Kurlander e Thais
17 Paixão Donatan da PUC/PR; Margarete Cipolla da ASSEMPA; Sueli Galhardi da SMPM; Alzira
18 Elizabeth do Nós do Poder Rosa e Wagner Aguiar Almeida do Conselho de Saúde. A presidente do
19 CMDM, Rosalina Batista, deu boas vindas a todas/os na primeira reunião do ano de 2020 e solicitou
20 uma breve apresentação pessoal das/os participantes, considerando a presença de várias/os
21 convidadas/os. Após a apresentação, Rosalina solicita que antes de iniciar os pontos definidos na pauta,
22 que o Conselho aprove a apresentação da sra. Marian Isabella Trigueiros, que veio ao CMDM pedir
23 apoio em uma ação voltada para mulheres. Em unanimidade todas/os aprovaram a solicitação, sendo
24 repassada então a palavra para a convidada, que relata que participa do
25 grupo Endomulheres de Londrina, um grupo de apoio a mulheres de Londrina e região portadoras de
26 endometriose, e que no dia 28/03/2020 acontecerá a Endomarcha, que é uma Marcha Mundial pela
27 Conscientização da Endometriose. No Brasil, a marcha acontece em várias cidades e Londrina faz parte
28 dessa grande rede. Segundo Marian, a marcha é um evento legítimo de reivindicação pelos direitos, pelo
29 diagnóstico precoce e pelo reconhecimento da endometriose como doença social, com a criação de
30 políticas públicas. O movimento ocorre em março, reconhecido mundialmente como o “Mês de
31 Conscientização da Endometriose”. O ponto central para a marcha será em frente ao Banco do Brasil às
32 9hs e pede parceria com o CMDM e Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Após a fala da
33 convidada, a presidente Rosalina fala que essa situação deve ser levada também para Comissão de
34 Saúde do CMDM e que o movimento poderá contar com o apoio do CMDM. A conselheira Rosangela
35 informa que a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres já confirmou o seu apoio a esta ação, e
36 que uma Roda de Conversa sobre Endometriose foi incluída no calendário de eventos do Mês da
37 Mulher. A conselheira Meire disse que é importante solicitar a Secretaria de Saúde dados e informações
38 sobre essa questão no município e se existem ações para atender mulheres com essa doença. Foi
39 aprovado pelas conselheiras/os presentes que o CMDM enviará ofício para a Secretaria Municipal de
40 Saúde e Secretaria Estadual de Saúde solicitando dados sobre a questão de endometriose. A convidada
41 Andreia relata que tem uma amiga que luta para a retirada do útero por causa de endometriose, mas não
42 consegue porque não passa pelo protocolo de ter filhos. A conselheira Teresa Mendes pede que os dados
43 sejam solicitados com o recorte de raça e etnia. Encerrado este assunto, a conselheira Meire solicitou a
44 inclusão de dois pontos de pauta, sobre a atuação do Conselho Tutelar e a implantação escola cívico-
45 militar na Escola Professora Adélia Barbosa, no conjunto Parigot de Souza, zona norte da cidade; e a
46 conselheira Teresa Mendes pede ponto de pauta para falar sobre a reunião que o CMDM teve com a
47 promotora Susana de Lacerda da Promotoria de Justiça de Proteção aos Direitos Humanos, à Saúde e a
48 Saúde do Trabalhador e, da Habitação e Urbanismo. A inclusão dos novos pontos foi aprovada, mas



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 58ª Reunião Ordinária

49 seguindo a ordem dos pontos de pauta já enviados para discussão na reunião, sendo que os novos
50 assuntos seriam abordados antes dos informes. Então se passou para o primeiro ponto de pauta que foi a
51 aprovação da 57ª ata. Foi solicitado mais um dia para que todas (os) as (os) conselheiras (os) pudessem
52 ler, sendo que qualquer alteração deveria ser enviada por e-mail até o dia 19/02/2020, sendo depois
53 desta data considerada aprovada e liberada para ser colocada no site. Posteriormente foi passado para o
54 segundo ponto de pauta que é a entrega do formulário de avaliação que as (os) conselheiras (os) deverão
55 devolver na próxima reunião ordinária do CMDM. Em seguida passou-se para o terceiro ponto de pauta
56 que é apresentação das ações da SMPM. A conselheira Rosângela, que está como Secretária Municipal
57 de Políticas para as Mulheres interinamente, fez a apresentação das ações desenvolvidas pela SMPM e
58 informou que o relatório de atividades de 2019 seria disponibilizado na página da SMPM, no site da
59 Prefeitura. Após a apresentação, Rosângela se colocou à disposição para maiores esclarecimentos e
60 informações. A conselheira Meire solicitou que os próximos relatórios incluam o recorte racial e
61 orientação sexual e análises qualitativas, além dos dados quantitativos. Solicita ainda que seja enviado
62 para as/os conselheiras/os o organograma atual da SMPM. A conselheira Rosângela informa que o
63 organograma está disponível no site da Prefeitura, bem como os nomes e função dos assessores,
64 diretores e gerentes. A conselheira Tereza, da Associação Nós do Poder Rosa, destaca que nos números
65 apresentados pela SMPM não estão incluídos os atendimentos da associação. A conselheira Rosângela
66 esclarece que os dados da apresentação se referem somente à SMPM. A conselheira Teresa Mendes
67 destaca que o Conselho da Mulher acompanha as ações da SMPM e não da associação. Avalia que os
68 3.600 participantes de palestras e oficinas não chegam a 0,4% da população feminina e solicita que se
69 nas próximas apresentações os dados sejam apresentados por região. Rosângela esclareceu que a SMPM
70 possui o detalhamento de todas as ações realizadas por região e especificação de público, porém por se
71 tratar de um relatório extenso em Excel, o detalhamento não foi incluído na apresentação em Power
72 Point, mas que todas essas informações estão sistematizadas e serão disponibilizadas ao CMDM. A
73 conselheira Meire pergunta sobre o conteúdo das palestras e quem são os palestrantes. A conselheira
74 Rosângela esclarece que as palestras são ministradas pela equipe multidisciplinar de servidores da
75 SMPM (psicólogas, assistentes sociais, advogada), que possuem qualificação e experiência no tema, e
76 que encaminhará CMDM a formação acadêmica dos servidores da SMPM. A conselheira Liange
77 informa que as palestras abordam as formas de violência contra a mulher, os direitos das mulheres
78 considerando a legislação vigente e os serviços ofertados pela SMPM e pela rede municipal. A
79 Conselheira Meire destaca ainda sua preocupação com a construção da Casa da Mulher Brasileira, tendo
80 em vista que ela foi anunciada na mídia pelo Prefeito, porém questiona como a mesma será construída
81 se o governo federal fez cortes no seu orçamento. Enquanto conselheira quer saber a origem do
82 orçamento, como a Casa da Mulher Brasileira será mantida pela SMPM e qual é a metodologia a ser
83 utilizada na Casa. Solicita não somente o projeto arquitetônico, mas a todas as informações sobre o
84 funcionamento deste local. A conselheira Rosângela destaca que a SMPM encaminhará todas as
85 informações ao CMDM e que as informações do Programa Mulher Segura e Protegida, no qual a Casa
86 da Mulher Brasileira está inserida, estão disponíveis no site do Governo Federal – Ministério da Mulher,
87 Família e Direitos Humanos, caso as (os) conselheiras (os) tenham interesse em ter acesso às
88 informações antes do encaminhamento pela SMPM. Conselheira Amanda pede palavra para apresentar
89 suas considerações em relação a atual gestão da SMPM. A mesma manifesta sua posição contrária a ter
90 recepcionistas homens na SMPM e considera que isso é constrangedor para as mulheres que procuram
91 atendimento na Secretaria. A conselheira Meire relata que já foi proibida de entrar na Secretaria por um
92 homem que estava na recepção. Questionada, Meire não soube precisar a data e nem o nome da pessoa
93 que impediu a sua entrada na SMPM, ficando, desta forma, prejudicada a apuração dos fatos pela
94 SMPM. A Conselheira Amanda continua as suas considerações dizendo que o CMDM não foi
95 informado sobre a substituição da Diretora de Articulação de Políticas Públicas da SMPM, em virtude
96 da aposentadoria da servidora Maria Ângela. Destaca que o Conselho é responsável pelo controle da



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 58ª Reunião Ordinária

97 política e quer saber como está funcionando a Casa da Mulher, pois sabe que tem um homem
98 trabalhando neste setor. Quer saber se ele tem entendimento de gênero e qual o perfil dos novos
99 profissionais que estão atuando na Casa da Mulher. Destaca que o servidor Eric, apesar de ser homem e
100 atuar na Casa da Mulher, já tem o seu trabalho reconhecido pelo CMDM. Amanda continua fazendo
101 uma análise crítica da gestão do Prefeito Marcelo Belinati e relata a dificuldade que o CMDM teve em
102 conseguir a sua atenção, enquanto ainda era candidato a prefeito de Londrina. Relata que houve um
103 debate para discutir a política para as mulheres em Londrina e que ele não compareceu, e que a Carta de
104 Recomendações elaborada pelo CMDM teve que ser entregue posteriormente, sendo que ele foi o último
105 candidato a receber o documento. Afirma que esta é uma gestão que não tem acatado as recomendações
106 do Conselho e cita como exemplo a mudança de endereço do CAM, que foi prejudicial para o serviço.
107 Embora Amanda considere que esta é a pior gestão, ressalta que as críticas não se referem às servidoras
108 da SMPM. Solicita que o Conselho faça novamente uma Carta de Recomendações para os novos
109 candidatos a Prefeito, onde conste, entre outras recomendações, o perfil dos gestores que atuarão na
110 política municipal para as mulheres. A conselheira Meire solicita ainda o posicionamento ético-político
111 da Secretária Nádia Oliveira de Moura. A presidente Rosalina destaca que, independente de posição
112 ético-política, o CMDM não pode ficar contra a gestão e que as críticas apresentadas pelas conselheiras
113 Amanda e Meire não representam o Conselho como um todo. As conselheiras Amanda e Meire
114 solicitam que conste em ata as suas manifestações, pois elas representam as suas entidades, Eva
115 Coletivo Feminista e Rede Feminista de Saúde, respectivamente. A conselheira Rosângela ressalta o
116 esforço empenhado pelos servidores e servidoras da SMPM para o fortalecimento da política municipal
117 para as mulheres em Londrina e sugere que a Carta de Recomendações a ser encaminhada aos
118 candidatos a prefeito na eleição deste ano deve ser elaborada com base nas propostas do Plano
119 Municipal aprovado em dezembro/2019 e da Conferência Municipal que será realizada este ano.
120 Rosângela reitera que a SMPM responderá formalmente, via Ofício, todos os questionamentos efetuados
121 nesta reunião. O convidado Wagner sugere que as ações do projeto Maria da Penha vai à Escola sejam
122 ampliadas para a rede estadual de ensino. Após desse debate fervoroso e devido ao adiantar do tempo,
123 não foi possível o quarto ponto de pauta que era apresentação das ações do CMDM na gestão 2017-
124 2021, que ficará para a próxima reunião ordinária. Passou-se para o quinto ponto de pauta, para
125 apresentação da proposta da Comissão Organizadora da Conferência Municipal. D. Rosalina informa que
126 a Comissão se reuniu no dia 27/01 e deliberou pela antecipação da Conferência Municipal dos Direitos
127 da Mulher para unificação dos calendários em relação às Conferências Estadual e Nacional. A
128 Comissão propõe que a Conferência Municipal tenha como objetivos: (i) a apresentação do Plano
129 Municipal de Políticas para as Mulheres 2020-2022; (ii) a partir deste Plano aprovado, a definição de
130 prioridades e demandas para encaminhamento à V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres;
131 (iii) a eleição de delegadas(os) para a Etapa Estadual e (iv) a eleição dos novos conselheiros municipais
132 representantes da sociedade civil para a gestão do CMDM 2020-2024. Sendo consultada a plenária do
133 CMDM, a proposta apresentada pela Comissão foi aprovada por unanimidade. Iniciaram-se os informes,
134 com os assuntos incluídos pelas conselheiras Teresa e Meire. A conselheira Teresa faz um relato sobre a
135 reunião com a promotora, Dra. Susana Lacerda, sobre a praça do Igapó e que o resultado não foi o
136 esperado por ela. Pede que fique registrado em ata que ela acha que foi questão de racismo institucional
137 e que a posição da SMPM, de defender a proposta de manutenção das estruturas existentes (bocha e
138 campo de futebol) no mesmo local onde estão atualmente e inserir os demais equipamentos nos espaços
139 livres existentes, beneficiou apenas os homens. A conselheira Rosângela, que estava presente nesta
140 reunião no Ministério Público, juntamente com a conselheira Lucimar e o assessor do Gabinete do
141 Prefeito, Sr. Gustavo, destaca que a proposta do Município em manter os equipamentos existentes, cuja
142 utilização está consolidada no bairro, visa assegurar que as demais benfeitorias solicitadas (parque
143 infantil, academia ao ar livre, pista de caminhada) sejam executadas em curto prazo, visto que a
144 demanda de remover o campo de bocha já tem 09 anos, sem solução. Rosângela destaca que a decisão



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

Ata da 58ª Reunião Ordinária

145 de não demolir o campo de bocha também foi defendida pela Promotora Suzana e que qualquer
146 divergência em relação a essa decisão deveria ser tratada diretamente com a promotora, no Ministério
147 Público. A conselheira Lucimar esclarece que, conforme a própria promotora falou na reunião, não é
148 possível determinar que foi racismo institucional, pois para isso são necessárias provas, e que a
149 promotora orientou a Conselheira Tereza Mendes a apresentar esse assunto de racismo no GT de
150 Racismo do Ministério Público. Nesta reunião a promotora informou que fará um TAC – Termo de
151 Ajustamento de Conduta, onde a Prefeitura se responsabilizará pela instalação do parque infantil e da
152 academia ao ar livre em curto prazo e que com relação a pista de caminhada, esta ação será discutida em
153 longo prazo, já que é uma obra que necessita de licitação e provável mudança de direção de rua. A
154 conselheira Sandra Sterza informa a participação na audiência pública “Novo Coronavírus – O que
155 podemos fazer para nos proteger”, ocorrida em 13 de fevereiro, na Assembleia Legislativa do Paraná,
156 cujo objetivo foi explanar as ações que as autoridades públicas estão tomando quanto ao assunto. A
157 audiência foi proposta pelos deputados Michele Caputo (PSDB) e Tercílio Turini (CDN). Contou com a
158 participação de diversas autoridades e entidades da sociedade civil organizada. Nas falas das
159 autoridades, como o deputado Michele Caputo, deputado Nelson Luersen e Wanderson Kleber de
160 Oliveira, secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, responsável pela área que coordena
161 as ações de controle e monitoramento do novo Coronavírus no país, entre outras autoridades, ficou
162 claro a importância de envolver o controle social para o repasse de informações dos cuidados junto à
163 população de forma globalizada, orientações esta que se estendem não só ao novo Coronavírus, mas
164 estamos próximo da chegada de maior incidência do vírus Influenza e sarampo, que são doenças de
165 transmissão respiratória que as medidas também previne as mesmas, bem como alertaram a crise da
166 Dengue no Estado e a importância da participação das entidades que compõem o controle social na
167 ajuda ao combate. A conselheira Meire relata a ocorrência que envolve o Conselho Tutelar da região
168 Leste, de uma mulher chamada Juli, que teve um mau atendimento por uma conselheira tutelar, devido a
169 uma situação vivenciada pela mesma sobre alienação parental, pois a mulher foi fazer uma denúncia e
170 descobriu que já tinha uma ação contra ela no conselho pelo ex-companheiro e que a conselheira a
171 orientou a não se separar. A conselheira Liange orientou a conselheira Meire que além do CMDM, a
172 mulher também poderia fazer a denúncia na Comissão de Ética no Conselho Municipal da Criança e do
173 Adolescente. A conselheira Meire também informa sobre o encontro sobre saúde e meio ambiente que
174 irá acontecer no colégio Ivani às 20 horas. Em virtude do horário, não foi possível a apresentação do
175 Calendário de Eventos do Mês da Mulher, mas todas (os) foram informadas (os) que a programação
176 completa seria disponibilizada na página da Secretaria da Mulher, no site da Prefeitura. Nada mais
177 havendo a tratar eu, Lucimar Rodrigues da Silva Alves, como 1ª secretária deste conselho, lavro a
178 referida ata.